

O EVOLVER DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO NOS ESPAÇOS FLUMINENSES (1780-1840)

Renato Leite Marcondes

Doutorando em economia pelo IPE-USP

RESUMO

Acompanhamos o desenvolvimento demo-econômico do Rio de Janeiro entre 1780 e 1840, com base em três mapas de população, atinentes a 1780, 1821 e 1840.

Utilizamos também os informes das exportações e a literatura disponível sobre a economia fluminense no período para delinear sua evolução econômica. A partir destes dados desagregados dividimos o território do Rio de Janeiro em quatro áreas: a açucareira, a cafeeira, o município do Rio de Janeiro e, a última, com as freguesias restantes. No período em estudo, o café constituiu o principal fator de transformação demográfica e econômica do Rio de Janeiro.

Verificou-se a existência de movimentos migratórios favorecendo principalmente a área cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense. Ressalta-se o dinamismo demográfico da área açucareira, ainda que menos intenso que a vinculada à rubiácea. As duas demais áreas diminuem sua participação no conjunto da população, em especial no total do contingente cativo.

PALAVRAS-CHAVE

demografia histórica, Rio de Janeiro, café, escravidão, açúcar.

ABSTRACT

We have followed the demographic and economic development of Rio de Janeiro from 1780 to 1840, based on three maps of population for the years 1780, 1821 and 1840. We have also used information available in the literature as well as export statistics on the fluminense economy in that period to give an idea of its economic evolution. Based on these scattered data, we have divided the region of Rio de Janeiro into four areas: the sugar-producing area, the coffee-producing area, the town of Rio de Janeiro, and the last area comprising all the remaining parishes. In the period studied, coffee became the main factor of demographic and economic change in Rio de Janeiro. The migratory movements observed favoured mainly the coffee-producing area of Vale do Paraíba Fluminense. The demographic dynamism of the sugar-producing area was also prominent, in spite of having a lower growth rate than that of the coffee-producing area. The two remaining areas showed a decreasing share in total population, with the most significant reduction occurring in the slave population.

KEY WORDS

demographic history, Rio de Janeiro, coffee, slavery, sugar cane

“As estradas vizinhas da capital do Brasil são hoje em dia tão movimentadas como as que conduzem às grandes cidades da Europa. Durante umas duas léguas não deixamos de encontrar homens a pé e a cavalo, e negros que conduziam descarregados os cargueiros que pela manhã haviam levado à cidade com provisões; rebanhos de bois, e varas de porcos, tocados por Mineiros, avançavam lentamente, fazendo voar turbilhões de pó, e a cada momento nossos ouvidos eram chocados pelo ruído confuso que faziam nas vendas os escravos confundidos aos homens livres de classe inferior.”

(SAINT-HILAIRE, 1975, p. 36).

INTRODUÇÃO

No século XVIII a capitania do Rio de Janeiro vivenciou uma forte transformação econômica, social e demográfica em função dos descobertos do ouro e dos diamantes em Minas Gerais. Ela assumiu o papel de mantenedora do principal fluxo de comércio para as Minas com a construção do Caminho Novo, o qual encurtava a distância entre aquela região mineratória e o litoral, possibilitando à Metrópole maior controle da região aurífera. Mafalda Zemella demonstrou a primazia assumida pelo Rio neste comércio:

“(...) depois que se deu a abertura do ‘caminho novo’ região alguma pôde disputar com o Rio de Janeiro o desempenho do papel de ‘boca das minas’ Extraordinariamente curto, o ‘caminho novo’ fez com que se escoassem para o Rio de Janeiro os maiores lucros do comércio com as Gerais.”
(ZEMELLA, 1990, p. 65).

A partir deste comércio surgiram na região fluminense várias povoações ao longo do Caminho Novo.¹ Outrossim, constituíram-se demandas por bens agrícolas. Para alimentar toda a massa humana que se deslocou para Minas e dado que este abastecimento e o transporte do ouro eram feitos por muares, surgiu a necessidade de plantações de gêneros para a alimentação dos homens e dos animais, principalmente o milho. Outra cultura beneficiada pelo comércio com as Minas foi a da cana-de-açúcar no litoral da capitania, principalmente com a aguardente para a área da mineração e o comércio com a África, e o açúcar para a Metrópole.

-
1. Em algumas delas, “serra acima”, no Vale do Paraíba, desenvolver-se-á prodigiosamente o cafeeiro. Tal caminho, segundo Capistrano de Abreu, possuía 3 vertentes principais: “*Todos os três se reuniam na bacia do Paraíba do Sul e transpunham a divisa das águas para a Guanabara, onde feneciam.*” (ABREU, 1988, p. 47-8). Além deste caminho, outra via importante para a origem das futuras “cidades do café” foi a ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro.

As demais capitanias também se beneficiaram do comércio com as Minas, principalmente as que se especializaram no fornecimento de certos produtos. O abastecimento de gado era feito a partir do Rio Grande, Pernambuco e Bahia, no Vale do São Francisco. A capitania de São Paulo, que dominava o comércio com as Minas antes da abertura do Caminho Novo, como as demais não conseguiu competir com o Rio no transporte do ouro, e mesmo no abastecimento de escravos e bens alimentares, nela restando apenas um comércio marginal e a via de passagem do gado ao Sul da colônia.² Todo este processo de desenvolvimento culminou com a transferência da sede do Vice-Reinado para o Rio em 1763. Entretanto, com a diminuição da produção aurífera das Minas a partir do terceiro quartel do século XVIII, a principal área de comércio deixava de ser a região Sul, voltando o Norte/Nordeste a cumprir esse papel. A Metrópole procurou uma nova forma de dinamizar a economia do sul da colônia, baseada não mais na mineração.

A crise do sistema colonial, com a desorganização do mercado das Antilhas e o colapso de São Domingos em 1792, a Revolução Industrial na Inglaterra e a Guerra de Independência das 13 colônias inglesas na América do Norte provocaram uma situação favorável ao desenvolvimento de novos mercados fornecedores dos produtos tropicais. Por outro lado, a metrópole portuguesa procurou incentivar o cultivo de novos produtos e a expansão da produção dos já cultivados, principalmente após a decadência das regiões auríferas, no Vice-Reinado do Marquês de Lavradio (1769-1779). Os principais produtos que se beneficiaram deste renascimento agrícola foram: açúcar, anil, algodão, arroz, goma e café.

Na capitania do Rio de Janeiro isto se refletiu na pauta de exportações para Lisboa, que não se concentrou mais sobre o açúcar e a aguardente, mas passou a incluir o arroz, a goma, o anil, o algodão e o café. De outra parte, percebe-se o aumento da participação das exportações do Rio de Janeiro no total da Colônia. Entre 1796 e 1806, elas crescem de 3.702 para 4.670 contos de réis, mesmo com a queda do envio de ouro para a Metrópole, que reduziu de 1.790,5 para 853 contos, visto que o valor da exportação de arroz, açúcar, cacau e café, cresceu de 1.457 contos, em 1796, para 2.109,6 contos de réis, em 1806 (ALDEN, 1987, p. 330). Posteriormente, mesmo com a normalização da produção concorrente, o café conseguiu permanecer com uma parcela significativa e crescente na pauta das exportações brasileiras, em função das condições propícias de produção internamente. No caso do açúcar, manteve-se a exportação; porém, observa-se um crescimento menor que o verificado para o café, como veremos adiante.

2. Para maiores detalhes acerca do abastecimento das Gerais ver ZEMELLA (1990, Capítulo 3).

O evolver populacional do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX pode ser descrito como condicionado e condicionante das transformações econômicas, políticas e sociais. Tal relacionamento manifestou-se em especial, no caso vertente, no que se refere aos escravos. A existência de recursos ociosos, em função da derrocada da produção aurífera, não só em termos materiais, mas principalmente humanos, incentivou as migrações para as áreas que conseguiram substituir a sua dependência econômica das Minas por uma nova atividade, possivelmente ligada às novas áreas produtoras de café e açúcar.³ Os conflitos na Europa também condicionaram o movimento populacional observado na colônia, principalmente mediante a transferência da família real e de suas cortes em 1808.

Depois do retorno da família real e da independência, o café continuou a ser o produto mais dinâmico e assumiu o papel de principal produto de exportação do Rio de Janeiro. As condições internacionais propícias à expansão cafeeira não se repetem para o açúcar, o que provocou um menor dinamismo da cultura da cana-de-açúcar em relação à da rubiácea.

É exatamente sobre esse contexto marcado pelo dinamismo, quer em termos econômicos, quer demográficos, que nos debruçamos neste artigo. A análise consistia do acompanhamento dessas duas vertentes: o desenvolvimento da produção do café e do açúcar, de um lado, e o comportamento demográfico da capitania/província do Rio de Janeiro, de outro. Ambas as vertentes,

-
3. Devemos qualificar a “decadência” das Minas como restrita a áreas de extração de ouro da capitania de Minas Gerais, repercutindo sobre as regiões que comercializavam com as Minas, algumas no interior da própria capitania e outras além da mesma, como era o caso do Rio de Janeiro. A partir dos estudos de Roberto B. Martins, a província passou a ser considerada uma região de atração de migrantes cativos, em função do aumento da população escrava ao longo do século XIX, assumindo ser o crescimento vegetativo do contingente cativo negativo ou muito próximo de zero. MARTINS (1983) associou tal papel ao engajamento dos agricultores mineiros na economia escravista de subsistência com baixo grau de mercantilização, não-exportadora. Posteriormente, criticou-se tal explicação para a manutenção deste grande contingente cativo. SLENES (1988), por exemplo, por meio de uma análise cuidadosa das exportações, verificou sua importância para a economia mineira, ao contrário do relatado por Martins. Uma vasta gama de produtos compunham a pauta das exportações, gerando os recursos necessários para a importação de cativos. Devemos considerar tais fatos ao analisar a evolução demográfica e econômica fluminense. Diversos autores procuraram contribuir para o debate. Entre estes autores destaca-se LIBBY (1988), que atribuiu à economia de subsistência, destinada ao autoconsumo e ao mercado, um papel importante na persistência do regime escravista no século XIX. O dinamismo da agricultura não exportadora relacionou-se ao crescimento de uma “vasta e difusa” indústria têxtil doméstica, calcada principalmente na mão-de-obra feminina livre e cativa, votada principalmente ao vestuário dos cativos tanto dentro como fora da província (com os “panos mineiros”). Além da indústria têxtil, houve um grande aumento do número de siderúrgicas em função da nova fase da exploração aurífera, que requeria implementos de ferro em volume superior. Assim, havia uma maior complementaridade entre as atividades industriais e a agricultura mercantil de subsistência para a manutenção do desenvolvimento econômico sem uma economia de exportação tão dinâmica como outrora.

además, serão examinadas tomando-se não apenas a totalidade do espaço fluminense, mas considerando-se isoladamente e comparativamente algumas das regiões que compunham aquela totalidade. Em suma, busca-se delinear tais movimentos demográficos em paralelo com as mudanças econômicas ocorridas neste território, especialmente a difusão do cultivo da rubiácea no Vale do Paraíba e da cana-de-açúcar em Campos, ao longo do final do século XVIII até a quarta década do século XIX (1780-1840).

O período em consideração é extraordinariamente atraente para se estudar a dinâmica demográfica e econômica fluminense, visto que, nesta fase, como veremos mais adiante, o Rio de Janeiro apresentou um crescimento populacional muito significativo, insinuando a existência de fortes movimentos migratórios, especialmente de cativos, e uma reorganização da distribuição deste contingente pelo seu espaço.

Inicialmente dividimos o Rio de Janeiro em regiões, descrevendo nossas fontes e metodologia (seção 1), para em seguida caracterizá-las economicamente, à luz da literatura disponível e, posteriormente, agregar as que possuem alguma característica em comum (seção 2). Somente após a definição das áreas, conjunto de regiões, é que analisa o comportamento demográfico das mesmas (seção 3). O estudo demográfico contemplou a evolução da população das áreas por sexo e condição social, procurando determinar os prováveis movimentos demográficos, os fluxos migratórios entre as mesmas. Por fim, apresentamos um apanhado das principais conclusões das seções anteriores, destacando-as do conjunto do trabalho.

1 - METODOLOGIA E FONTES

Para a realização do estudo em tela subdividimos o Rio de Janeiro em 12 regiões, acompanhando o comportamento demográfico nelas verificado ao longo do tempo, com informações para os anos de 1780, 1821 e 1840.⁴ As fontes das informações são: para 1780, um relatório anônimo a Luís de Vasconcelos, sucessor do Marquês de Lavradio, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), 1884, v. 47/I p. 24-9. Para esta mesma fonte, Fragoso (1992, p. 76) atribuiu a data de 1789, já que o documento, "*Memória públicas e econômicas (...) por observação curiosa dos anos de 1779 até 1789*" (RIHGB, 1884, p. 25), a informa, entretanto, para determinarmos a data deste documento utilizamos o texto de Alden (1963,

4. À exceção da região do Cantagalo, que surgiu entre as duas últimas datas das nossas fontes, pois nos anos anteriores não existia como freguesia, sendo sua população, ao que tudo indica, incluída nas regiões fronteiriças.

p. 186), que faz uma análise minuciosa dos problemas dos levantamentos da época; no caso deste censo a data do documento seria de 1780 e não englobaria os homens menores de 15 anos e as mulheres menores de 14 anos, o que provocaria a exclusão de 20,7% da população (ALDEN, 1963, p. 191). Aceitamos estas duas informações adicionais de Alden sobre o documento, incorporando sua datação e a estimativa do contingente excluído. Para os anos de 1821 e 1840 a fonte utilizada foi o Códice 808 do Arquivo Nacional Vol. 2 e 4, não paginado. Como o censo de 1840 não dispõe da informação para o município neutro, utilizamos o dado correlato disponível para o ano de 1838, publicado pela Diretoria Geral de Estatística (DGE) no Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil em 1922 (DGE, 1986, p. 192-202). As regiões aludidas são as seguintes:

- 1 - Cidade do Rio de Janeiro (1.1 zona urbana e 1.2 zona rural)
- 2 - Litoral Sul
- 3 - Região Sul
- 4 - Baixada Fluminense
- 5 - Serra Acima
- 6 - Niterói
- 7 - Macacu
- 8 - Cantagalo
- 9 - Magé
- 10 - Macaé
- 11 - Cabo Frio
- 12 - Campos

Utilizamos como indicadores do dinamismo demográfico de uma área a taxa geométrica anual média de crescimento da população da mesma em relação à taxa atinente ao conjunto da população do Rio de Janeiro, tanto para o contingente livre quanto para o cativo. Além disto, apresentamos a evolução das razões de masculinidade por condição social das populações das referidas áreas, tentando encontrar a influência das condições específicas de cada uma delas sobre estas razões. Por último, indicamos as alterações nas participações relativas de cada área no total da população, que resultaram dos divergentes desempenhos econômicos e movimentos populacionais.

O acompanhamento da evolução econômica da província será feito com base na exportação fluminense dos dois principais componentes da pauta: açúcar e café (seção 2). A caracterização econômica das regiões levou em consideração não somente a localização desta exportação, mas também as informações referentes aos outros tipos de culturas relacionadas ao mercado interno. Depois desta caracterização agregamos as regiões com o predomínio de uma espécie de cultura em áreas comuns.

Infelizmente, não conseguimos obter informações da produção agrícola segundo as áreas acima arroladas, mas tão-somente informações esparsas e de natureza qualitativa, as quais foram utilizadas no trabalho. Além disto, a exportação diferia significativamente da produção fluminense. Geremario Dantas percebeu esta diferença já que o porto do Rio servia como ponto de embarque de várias regiões situadas fora da capitania: "*Não seria, porém, oportuno reproduzir as estatísticas do tempo em referência ao movimento do porto do Rio de Janeiro, porquanto sabemos todos que por aqui se escoava toda a produção fluminense, do norte de São Paulo, do Sul e da Zona da Mata em Minas.*" (DANTAS, 1934, p. 110)

Por outro lado, no caso dos dois produtos acima mencionados, no período em estudo, a discrepância tendeu a ser menor em função do Rio de Janeiro produzir a maior parcela da exportação dos dois bens. Quanto ao café, Sebastião Soares demonstrou o predomínio da produção das áreas fluminenses nas exportações do Rio de Janeiro: "*Procedência do Café Exportado pelo Rio de Janeiro nos anos de 1852 a 1859: do Rio de Janeiro, na razão de 78,62%; de Minas Gerais, na razão de 7,8%; de São Paulo, na razão de 11,1%; da Bahia, na razão de 0,42% e do Espírito Santo, na razão de 2,06%*" (SOARES, 1977, p. 212)

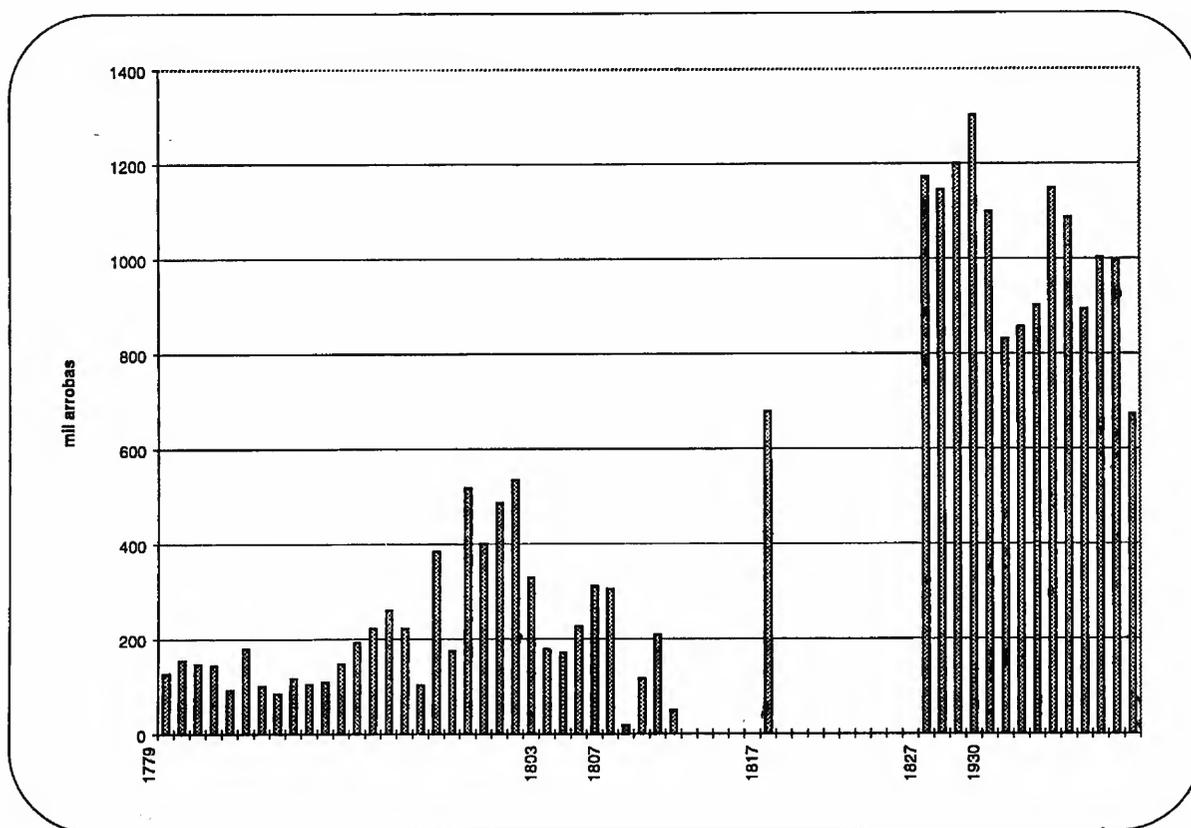
A primazia do Rio deveria ser ainda maior nos anos anteriores, já que a introdução do café nestas províncias ocorreu a partir do Rio de Janeiro, como veremos mais adiante. Com relação ao açúcar, as proporções deveriam ser parecidas em função do alto custo do transporte, incluindo o risco da perda de qualidade do açúcar nos deslocamentos, o que inviabilizava a exportação de regiões muito afastadas do litoral. Assim, podemos assumir a evolução das exportações como uma aproximação, grosso modo, da produção. A aceitação de tal hipótese também provocou a desconsideração do consumo interno e dos estoques da província, o que aumentou o grau de incerteza acerca da proximidade entre produção e exportação a curto prazo. Todavia, tais restrições não devem comprometer o entendimento, com base nas exportações, da tendência do comportamento da produção dos ditos bens.

2 - EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E CAFÉ

O comportamento das exportações de café e açúcar vinculam-se, de certo modo, à evolução dos preços internacionais destes bens. Tal vínculo, todavia, não pode ser determinado *a priori* como uma simples relação positiva e imediata de um aumento/diminuição nos preços condicionando a elevação/retração das exportações, pois a evolução da quantidade exportada apresenta uma série de outros condicionantes, distintos dos preços.

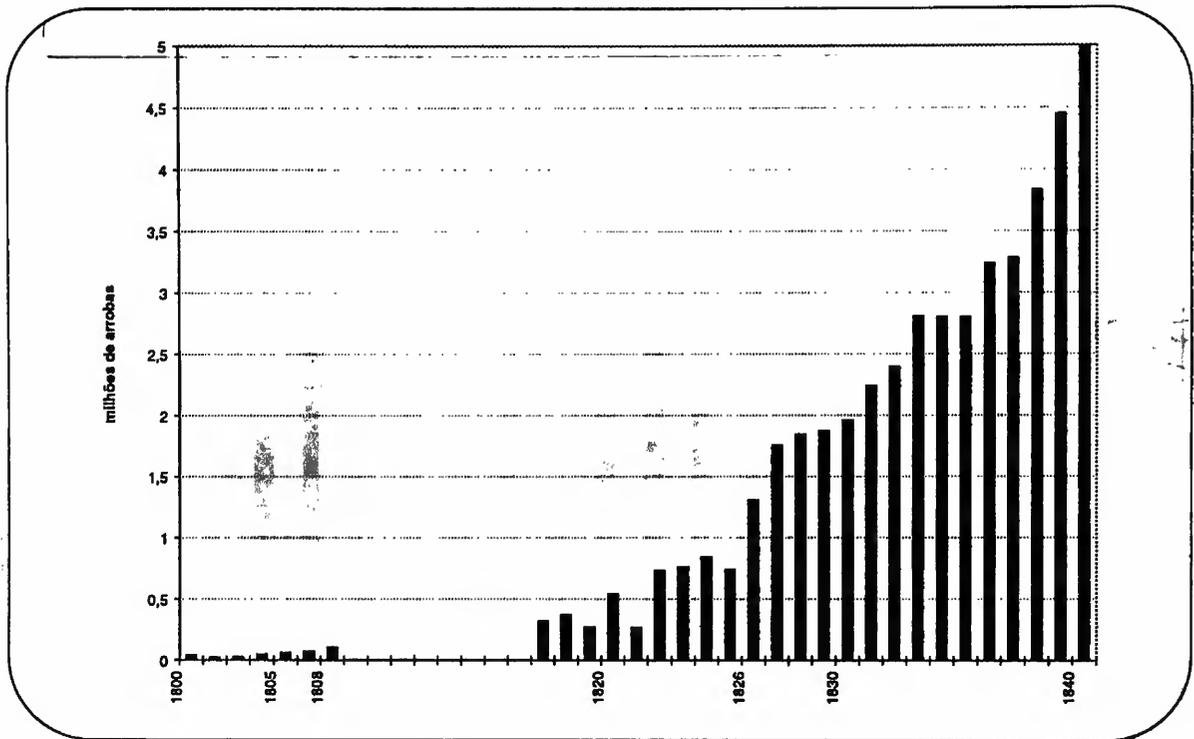
Os Gráficos 1 e 2 mostram o comportamento do *quantum* exportado de açúcar e café, respectivamente, enquanto os Gráficos 3, 4 e 5 indicam a evolução dos seus preços em moeda estrangeira (considerando apenas os anos em que dispomos de informações). No caso da quantidade exportada do açúcar havia uma tendência de crescimento até 1830, compreendendo uma fase de rápido aumento ao final do século XVIII, favorecida pela melhora dos preços, e uma outra menos dinâmica no início do século XIX, inicialmente vinculada a uma redução dos preços e acentuada momentaneamente pela invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas em 1808. A partir da quarta década do século XIX a quantidade exportada decresceu em virtude talvez de um ligeiro decréscimo do valor médio da arroba exportada de açúcar em relação à década anterior, devido à concorrência de Cuba e à substituição do açúcar de cana pelo de beterraba.

GRÁFICO 1
AÇÚCAR EXPORTADO PELO RIO DE JANEIRO
(1779-1840)



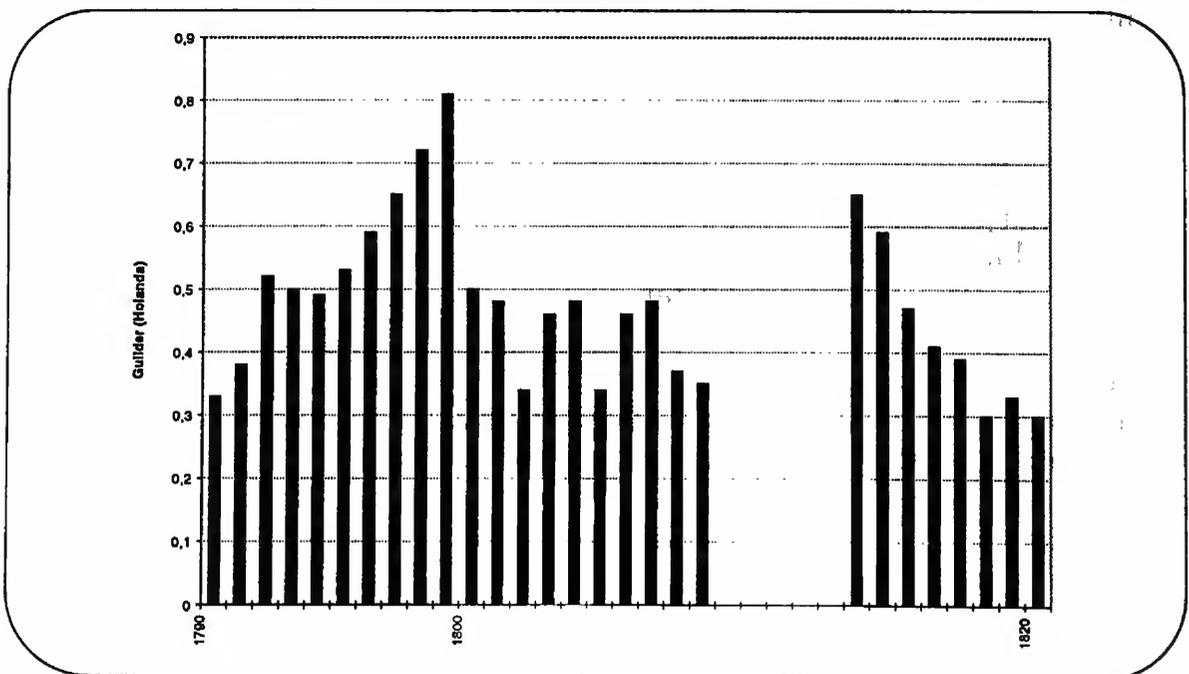
Fonte: de 1779 a 1807: ALDEN (1987, p. 313-4); de 1808 a 1811: ARRUDA (1980, p. 360-1); de 1817: SPIX & MARTIUS (1981, v. 1, p. 72-78) e de 1827 a 1840: SOARES (1977, p. 215).

GRÁFICO 2
CAFÉ EXPORTADO PELO RIO DE JANEIRO (1800-1840)



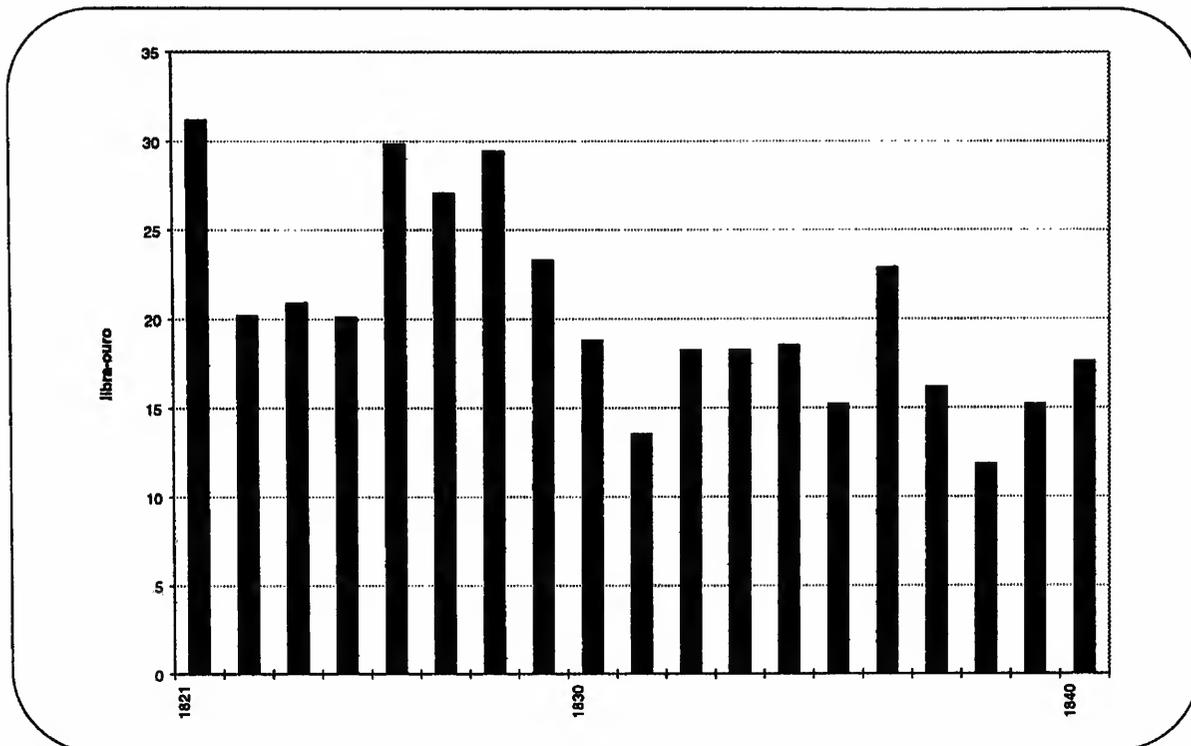
Fonte: de 1800 a 1807: ALDEN (1987, p. 327-8); de 1817 a 1820: PIZZARO (1945, v. 7, p. 92-3); de 1821 a 1825: NUNES (1885, p. 143-8) e de 1826 a 1840: SOARES (1977, p. 208-9).

GRÁFICO 3
PREÇOS INTERNACIONAIS DO AÇÚCAR (1790-1820)



Fonte: PINTO (1974, p. 129 e 132).

GRÁFICO 4
VALOR MÉDIO DA TONELADA DE AÇÚCAR EXPORTADO
(1821-1840)

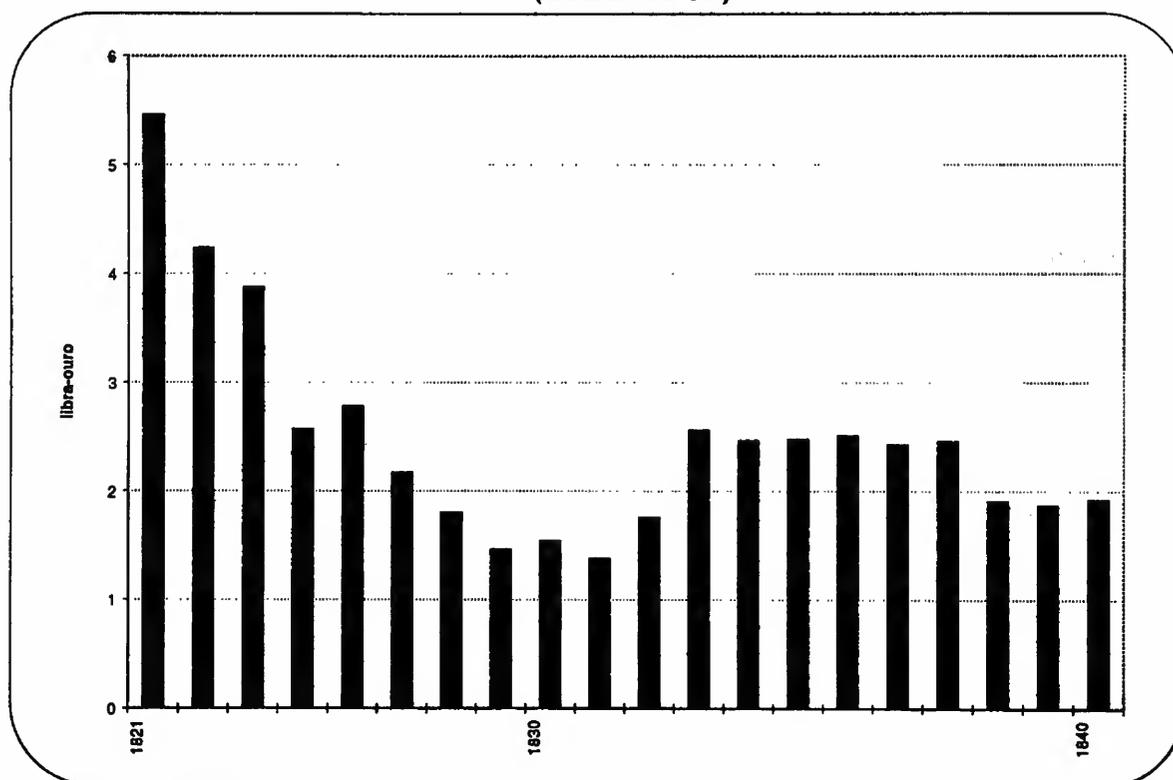


Fonte: IBGE (1939/1940, p. 1377).

A relação entre a quantidade exportada de café e o seu valor médio mostrou-se muito menos direta e positiva do que para o açúcar, especialmente na década de vinte quando apresentaram um comportamento inverso (Cf. Gráfico 2 e 5), para os anos em que dispomos das informações. Nos anos vinte do século XIX, a quantidade exportada de café se quadruplica, enquanto os valores médios da arroba exportada se reduzem a quase um quarto do início da década. Ao final da mesma década a taxa de crescimento da produção arrefeceu, possivelmente em decorrência da contínua queda do seu valor no momento anterior, além da defasagem temporal entre o plantio e o início da colheita. Todavia, na década de trinta a dinâmica cafeeira permaneceu beneficiada apenas pelo acréscimo, em moeda estrangeira, do preço do café exportado no início da década. Talvez tal insuficiência dos valores médios na explicação do comportamento do *quantum* exportado decorra do estabelecimento de uma produção interna para a qual a remuneração da rubiácea, apesar da sua redução, permitia uma rentabilidade monetária superior a das demais culturas passíveis de oferta. Para alguns agricultores, com poucos recursos e poucos ou nenhum escravos, a cafeeira representaria uma das possibilidades, ou até a única de os mesmos se inserirem no mercado monetário, mas seu caráter ainda era subsidiário em relação à produção de subsistência, a qual deveria

garantir a sobrevivência da sua família. Neste contexto, no momento de introdução da rubiácea a relação entre preços e quantidade de café apresentou-se bem menos significativa que a observada para o açúcar.

GRÁFICO 5
VALOR MÉDIO DA SACCA DE CAFÉ EXPORTADA
(1821-8140)



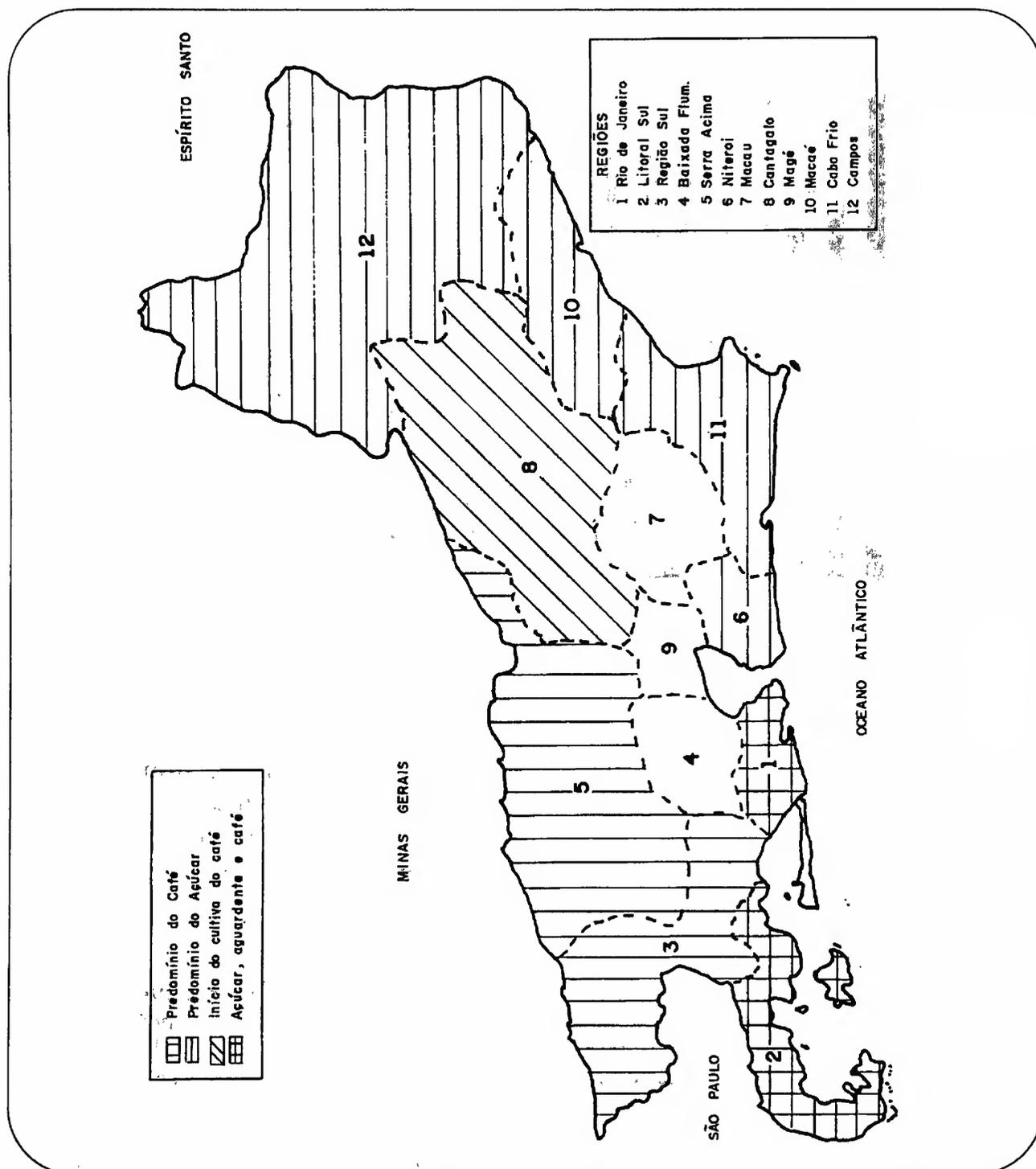
Fonte: IBGE (1939/1940, p. 1377), Saca de Gorg.

A distribuição geográfica da produção destes bens não é uniforme pela província, mas no final do período quase todas as áreas produzem "algum" café, e talvez mesmo açúcar (Cf. ilustrado no Mapa).⁵ Contudo, as maiores produções concentraram-se em regiões diferentes. Isto se deve à divergência das necessidades de clima, relevo e solo das culturas, i. e., ao "optimum

5. As separações entre as regiões no mapa baseiam-se nas divisas dos municípios de 1943, o que com certeza restringe a precisão das mesmas para a época em estudo. Nossa intenção foi apenas ilustrativa e objetivamente delinear espaços, de forma a mais homogênea possível, preservando, grosso modo, sua integridade territorial, situando-os tentativamente na capitania. As freguesias foram distribuídas pelas regiões com base nos trabalhos de CASAL (1943, t. 2, p. 17-30), PIZARRO (1945, v. 4, p. 90-8 e p. 169-171; v. 5, p. 37-40 e p. 57-90), SIMONSEN (1938, p. 18-33) e na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1957, v. 23). Finalmente, não nos preocupamos se as denominações atribuídas às regiões seriam as mais "corretas" do ponto de vista geográfico. Por exemplo, a região de Serra Acima, pela nossa definição não inclui todo o território entre a Serra do Mar e a divisa com Minas Gerais, como o nome da região poderia indicar.

biológico” ao qual se refere Oliveira Viana (1934, p. 79-85). Tal fato permitiu o estudo em separado do efeito do açúcar e do café sobre as variáveis populacionais regionais.

TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1820



Fonte: Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Rio de Janeiro: DNC, 1943. Caracterização Econômica feita pelo autor.

Procuramos localizar a produção do açúcar e, principalmente, a rápida difusão do café, o qual será, como veremos mais abaixo, o maior fator de estímulo à conformação do perfil populacional assumido pela província.

A produção de açúcar do Rio no início do século XVIII era a terceira da colônia. A liderança na fabricação cabia à Bahia e Pernambuco, com a primeira e a segunda maiores produções, de 14 mil e 12,3 mil caixas respectivamente, enquanto o Rio produzia 10.200 caixas (ANTONIL, 1982, p. 140).

No final do século XVIII a produção açucareira da capitania era a terceira da colônia com 9.000 caixas anuais, contra 20.000 da Bahia e 14.000 de Pernambuco (PRADO JR., 1984, p. 89). Além da queda da produção da capitania durante o século XVIII, quando comparamos as informações de Caio Prado e Antonil, parece ter ocorrido uma redistribuição espacial da produção, internamente à capitania, com a região de Campos apresentando um acelerado crescimento, como observou Alden:

"The most rapid growth in Rio de Janeiro was in the six northern parishes around the town of São Salvador dos Campos [região 12], the famous Campos de Goitacazes district, still an important source of cane sugar today. There, between 1769 and 1778, the number of engenhos nearly doubled (from 56 to 104) and production went up by 235 per cent." (ALDEN, 1987, p. 312).

Entre 1769 e 1778, segundo o levantamento de Fragoso (1992, p. 81), houve um grande crescimento do número de engenhos na capitania do Rio de Janeiro, passando de 202 para 339, e uma pequena redução do número de engenhocas, diminuindo de 183 para 181. O crescimento concentrou-se na região de Campos (a uma taxa de 159% no período, distinta da observada por Alden, acima), Cabo Frio (300%), Angra dos Reis (233,3%) e Parati (passou de nenhum para cinco engenhos). A parcela dos engenhos da região de Campos aumentou de 32,2% para 49,5% e a de Cabo Frio de 1% para 2,4% do total fluminense. O conjunto dos engenhos do litoral sul, Angra e Parati, elevou sua fração de 1,5% para 3,5% no mesmo período, enquanto a retração da participação numérica dos engenhos ocorreu nos Distritos de Irajá, Guaratiba e Inhomirim (localizados na zona rural da cidade do Rio de Janeiro), de 34,2% para 19,8% no total, com uma ligeira redução do seu número (69 para 67). Situação idêntica ocorreu com as engenhocas destes distritos, que se reduziram de 11 (6% do total) para 6 (3,3%).

Em 1799, segundo o Almanaquê do Rio de Janeiro (publicado na RIHGB, 1858, v. 21), os engenhos concentravam-se no litoral da capitania: dos 616 engenhos de açúcar 324 situavam-se ao redor de Campos (52% do total), 39 no litoral Sul (6,3%), 25 em Cabo Frio (4,1%) e, outros 228 (37%), nos contornos da baía da Guanabara - regiões 1, 4, 6 e 9. Com relação aos engenhos de aguardente, a distribuição invertia-se: das 253 engenhocas existentes,

Campos possuía apenas 4 (1,6%) e Cabo Frio 9 (3,6%), os contornos da Guanabara 85 (33,6%) e o litoral Sul 155 (61,3%).

A partir da última década do século XVIII houve um grande dinamismo da produção açucareira do Rio, favorecido pelas condições do mercado internacional. Em 1817, a exportação do Rio atingiu a casa das 17.000 caixas, 680.000 arrobas, quase o dobro da informação de Caio Prado Jr. para o final do século XVIII (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 78). Neste sentido, Maria Cardoso, citando Sulamita Hammerli, mostra o grande crescimento do número de engenhos neste período:

“No primeiro quartel do século XIX a proliferação de engenhos, isto é, de engenhocas, é de tal ordem que atinge a casa dos 700. Durante o período que analisa [Hammerli, Sulamita M., A racionalização da Produção Canavieira na Região Açucareira de Campos e seus Reflexos sobre a Organização do Espaço Agrário. Tese de Mestrado, UFRJ, 1984], ocorreu verdadeiro rush canavieiro: cada vez mais canaviais, cada vez mais engenhos, cada vez mais escravos e, conseqüentemente, aumento da população rural.” (CARDOSO, 1991, p. 102)

O *rush* provocou a ocupação de novas regiões com a cana-de-açúcar, como as 10 e 11, a partir de Campos:

“A baixada campista foi a responsável pela efetivação do povoamento de Macaé, Casimiro de Abreu, Araruama e Saquarema.” (CARDOSO, 1991, p. 102)

Entretanto, a partir do final da terceira década do século XIX a situação do mercado externo do açúcar deteriorou-se com a redução do valor médio da arroba exportada pelo Brasil, em virtude da intensificação do cultivo da beterraba para a produção do açúcar na Europa. Além disto houve o crescimento da concorrência, principalmente de Cuba, e a criação de tarifas em favor das colônias antilhanas no mercado inglês. Assim, diminuiu-se a demanda pelo açúcar brasileiro, o que provocou o abandono da cultura pelas áreas menos produtivas. As áreas de Campos, Macaé e Cabo Frio conseguiram manter seu dinamismo graças à modernização das técnicas e às condições de solo, relevo e clima. Cardoso nota a importância das novas técnicas para a manutenção da produção em Campos:

“A solução para tal impasse [perda de participação do Brasil no mercado mundial no início do século XIX] seria a modernização da produção e, na época, modernização significava substituição das engenhocas (unidades com escalas de produção diminutas, que indiretamente facilitavam a dispersão da atividade), pelos engenhos a vapor.” (CARDOSO, 1991, p. 101)

Sebastião Soares mostra-nos um novo panorama geral da distribuição da produção de açúcar pela província em função da quantidade de engenhos para 1852:

“(...) ainda que se plante a cana-de-açúcar em quase todos os municípios, os que se podem apresentar como açucareiros são os de Campos [com 431 engenhos de um total de 794, cerca de 54% do total], o da corte [com 58, na região um, 7,3% do total], o de Resende [com 42, na região três, 5,3% do conjunto dos engenhos], o de Iguassu [com 32, na região quatro, 3% dos engenhos] e o de S. João da Barra [com 24, na região doze, 4% do total], porque são os que têm maior número de engenhos, e sempre cultivaram a cana em maior escala, porquanto em todos os mais municípios predomina a cultura do café.” (SOARES, 1977, p. 204)

Percebemos, por meio destas informações, duas tendências gerais: a primeira, a ocorrência de uma concentração da produção em unidades de produção maiores, principalmente pelas informações de Cardoso. A segunda seria a centralização dos engenhos, principalmente os de açúcar, em Campos e seus arredores, no litoral norte. Esta última tendência pôde ser inferida das informações acima apresentadas e da rápida ocupação da região, como Fragoso sintetizou e procurou explicar:

“A transformação do capital mercantil em produção talvez explique a rápida montagem de sistemas agrário-escravistas-exportadores na fronteira agrícola fluminense, entre finais do século XVIII e primeira metade do século XIX. Neste sentido, temos a formação da agricultura canavieira em Campos. Em tal região, de 1777 a 1810, o número de engenhos aumentou em 700% (50 para 400); e 71,4% das doações de sesmarias correspondem ao período 1780-1820.” (FRAGOSO, 1992, p. 296)

Para Fragoso, o mesmo parece ter ocorrido com o café no vale do Paraíba:

“Posteriormente, o mesmo fenômeno ocorreria em relação ao café, no médio vale do Paraíba do Sul. A freguesia de São Pedro e São Paulo - depois Vila de Paraíba do Sul [Região 5] -, em 1789, possuía 292 habitantes; 51 anos depois, contaria com 14 mil habitantes.” (FRAGOSO, 1992, p. 296)

No âmbito deste estudo, o principal fator de transformação econômica da capitania consiste no café: de poucas 57 arrobas em 1780, sua produção atinge a casa do milhão de arrobas já na década de 1820. A sua introdução na capitania, pela cidade do Rio de Janeiro, ocorreu entre as décadas de 60 e 70 no século XVIII, sendo inicialmente difundido como uma planta de quintal. Nessa fase, sua difusão fazia-se por relações pessoais, como a amizade, vizinhança e pela vontade individual de alguns pioneiros de disseminar a cultura. Assim, o café espalhou-se pela capitania, mas algumas localidades logo se destacaram na sua produção: a cidade do Rio (região 1), Resende e São João

Marcos (região 3). Taunay citando João Carneiro Maia, no seu livro sobre a história de Resende (Maia, João Carneiro. *Do descobrimento do Campo Alegre à criação da vila de Resende*, s.d., 1886), permite-nos visualizar a forma pela qual se dá a introdução do cafeeiro nessa localidade:

“Pensa Carneiro Maia que datavam já de 1775 as primeiras sementes da rubiácea [em Resende].

“Caberia a função de seu disseminador ativo ao padre Antonio do Couto da Fonseca que mandava distribuir sementes pelo caminho de Resende (...) [Citando Maia] ‘O arroz veio do Rio de Janeiro e de S. João Marcos, assim como as primeiras sementes de café’ (...) ‘Feita a sementeira em 1775, antes de 1785 já deviam existir alguns cafezais em efetiva produção.” (TAUNAY, 1939, v. 2, t. 2, p. 141-142)

Mais adiante Carneiro Maia, com base no depoimento de um velho habitante de Bananal, mostrou uma versão da forma de introdução do café em São Paulo, conforme ele via Resende:

“Corroborar-se isto com a informação que ministrou-nos um morador antigo do município do Bananal, província de São Paulo, homem de mais de cem anos de idade, mas dotado ainda de boa reminiscência (Joaquim Pinto), o qual afirmara que a primeira plantação de café naquele município fora feita em 1782 na fazenda de um tal Bahia, morador de Resende, o qual ‘remeteu d’aqui as sementes’, de onde se evidencia que naquele ano já os cafezais de Resende davam fruto (...).” (Apud TAUNAY 1939, v. 2, t. 2, p. 142-3)

Basílio de Magalhães confirma a informação de Carneiro Maia, da rápida transferência das mudas do Rio de Janeiro para Resende:

“Parece que da lavoura do padre Antonio Couto da Fonseca [na fazenda Mendanha, que por sua vez vieram da fazenda Capão] em Inhaúma [região 1.1] foi que saíram as sementes ou mudas que primeiro se plantaram em Resende, donde irradiou a rubiácea pelo vale do Paraíba em fora. Ao marquês de Lavradio (1769-1779), também coube estimular a disseminação da preciosa planta pela Baixada Fluminense, chegando até a conceder isenção do serviço militar aos moradores de São João Marcos que cultivassem certo número de cafeeiros. Afirma Honório Lima (‘Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis’, Niteroi, 1889) que o município angrense foi o terceiro da região fluminense onde se agricultou a ‘coffea arabica’.” (MAGALHÃES, 1937, p. 89)⁶

6. Permanece a dúvida se teria sido realmente Resende o terceiro, conforme Carneiro Maia, ou o segundo, como nos diz Magalhães, município a cultivar a rubiácea. No entanto, tal dúvida não é importante para o presente trabalho. Para maiores informações ver TAUNAY (1939, v. 2).

O padre Aires de Casal em sua *Corografia Brazilica*, publicada em 1817, também sustentou a introdução do café nas regiões meridionais da província, registrando a sua produção nas seguintes freguesias:

“São João Marcos (...) seus habitantes recolhem prodigiosa quantidade de café, e algum açúcar (...) [Em Resende] café e açúcar, as exportações de seus abastados moradores.” (CASAL, 1943, t. 2, p. 19-20)

Aires de Casal ainda apontou a produção de café, mas sem a mesma importância, em outras regiões: Itaboraí e S. Gonçalo na região 6; Magé, Suruí e Guapimirim na região 9 (1943, t. 2, p. 20-6).

Assim, tudo indica que o roteiro do café no Rio de Janeiro iniciou-se na cidade do Rio e atingiu as regiões 2, 3, 6 e 9. Monsenhor Pizarro, em 1822, corroborou tal tese acrescentando a importância do volume produzido nas regiões acima da Serra do Mar:

“(...) [O café] que principiou a povoar as terras mais distantes além da Serra, como as de S. João Marcos e de Campo Alegre [Resende], de cujos sítios assaz pródigos, e pela sua frescura mui próximos à sustentação do arbusto, se exportam hoje as porções mais consideráveis desse grão; (...) À proporção do progresso da cultura de tal gênero tem sido a sua colheita no ano de 1820; pois que só de Parati, Ilha Grande e Mangaratiba [compreendidas na região 2] tem saído mais de 50 mil arrobas, e de Cantagalo [região 8] mais de 11 mil, excedendo a exportação total além de 539 mil arrobas (...).” (PIZARRO & ARAUJO, v. 7, 1945, p. 92-3)

Os viajantes induzem a uma idéia superficial do roteiro, já que, quando falam em café, referem-se em geral apenas à sua existência e não à sua importância ou volume de produção. Spix & Martius constituem exceção, visto que indicaram valores de exportação de café pelo Rio (Cf. Gráfico 2) e atribuíram uma produção de 20.000 arrobas à província de Minas Gerais. Além disto, descreveram a esperança de Langsdorff no café, em sua famosa fazenda Mandioca nas encostas da Serra dos Órgãos (1981, v. 1, p. 71-4 e p. 102). Saint-Hilaire, em sua viagem de 1822, representa uma outra exceção, pois mostrou a importância que o cafeeiro adquiriu na divisa de São Paulo com o Rio:

“Quando mais me aproximo da Capitania do Rio de Janeiro, mais consideráveis se tomam as plantações. Várias existem, também muito importantes, perto da Vila de Resende. Proprietários desta redondeza possuem 40, 60, 80 e até 100 mil pés de café. Pelo preço do gênero, devem estes fazendeiros ganhar somas enormes.” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 102-3)

Depois da chegada do cafeeiro à região 3, ele atinge os territórios de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul na região 5 e, posteriormente, o Cantagalo. Stein, em seu trabalho clássico sobre Vassouras, mencionou a presença do cafeeiro

nos primeiros anos do século XIX e, com base em Ferreira de Aguiar, faz indicações sobre a provável produção destas vilas:

“Em 1836, no dizer de um residente de Valença e Vassouras, havia estabelecimentos de 500, 600 e 800 mil cafeeiros (...) de maneira que os municípios as vezes exportam anualmente mais de 300 mil arrobas de café.” (STEIN, 1961, p. 30)

Roberto C. Simonsen, por seu turno, dividiu o Vale do Paraíba fluminense em duas partes, a primeira englobando as regiões 3 e 5 e a segunda a região 8, mostrando a diferença temporal da difusão cafeeira nestas duas áreas:

“Entre 1830 e 1860, foi a região ocidental do vale do Paraíba que deteve a hegemonia da província: Resende, Barra Mansa [desmembramento de Resende], distrito do Pirai [região 5], Vassouras, São João Marcos, Passa Três e Sant’Ana [estas duas últimas na região 3], foram centros predominantes dessa era cafeeira (...) [A partir de 1860 a concentração da produção se desloca] para a parte oriental da bacia do Paraíba, na região compreendida entre Cantagalo e Paraíba do Sul [região 8].” (SIMONSEN, 1938, p. 27)

Parece haver consenso quanto à introdução do café e seu roteiro ou, como diz Taunay, “reza a tradição” que sua introdução dá-se na área próxima à divisa com São Paulo, posteriormente irradiando-se para todo o vale. Por fim, seria oportuno proceder à citação do seguinte trecho de Joaquim de Mello, o qual, ao tratar da evolução do café na província do Rio, assevera que o produto em tela:

“(...) foi introduzido em 1770 no vale do Paraíba. E a sua evolução, do ponto de vista geográfico, obedeceu uma diretriz semelhante a de S. Paulo, embora em sentido naturalmente inverso quanto ao curso do grande rio. É que lá se distanciou dele cada vez mais, rumando o Noroeste [sic], onde hoje se ostenta pujante, e no Rio de Janeiro como que o acompanhou, seguindo para o Norte, onde também floresce exuberantemente. Por isso, os seus pontos extremos, no tempo e no espaço, dentro do território fluminense, são de Resende, seu ‘hábitat’ primitivo, e Itaperuna [extremo norte da província], seu maior produtor.” (MELLO, 1934, p. 413)

O mapa permite uma visualização da localização das regiões e da distribuição da produção de café e açúcar na década de 1820. Não fazemos a discriminação de todos os bens produzidos nas regiões, mas apenas do produto predominante. Pelo mapa percebe-se a concentração do açúcar na região próxima ao litoral e o café “serra acima” no Vale do Paraíba. A partir desta classificação dividimos as regiões em 4 grupos: o primeiro, com a região 1, cidade do Rio de Janeiro, por sua significativa parcela da população da província; o segundo com as regiões cafeeiras, 3, 5 e 8; o terceiro com as canavieiras, 6, 10, 11 e 12; e o

último, com as restantes, 2, 4, 7 e 9. Este quarto grupo é o mais heterogêneo e com respeito ao qual não conseguimos determinar o predomínio de uma cultura como nas demais áreas em função de todas apresentarem alguma produção de açúcar e mesmo café, com maior ou menor intensidade. Nelas, as demais atividades também desempenhavam papel importante, como o transporte, o comércio e a produção de bens de subsistência.

A fim de ilustrar a heterogeneidade desta última área, citaremos Aires Casal com respeito a Magé, Guapimirim e Suruí, na região 9 em 1817, o qual mostrou a importância do cultivo dos gêneros de subsistência e de sua comercialização:

Magé: *"Barcos de considerável carga chegam ao seu cais e exportam grande quantidade de farinha, milho, feijão, algum açúcar, arroz e pouco café."*

Guapimirim: *"Seu território é de notável fertilidade, e seus habitantes preferem a cultura da mandioca, arroz e café à das canas de açúcar e exportam também lenha."*

Suruí: *"(...) terreno montuso, e bem cultivado. Seus habitantes são lavradores de farinha, arroz e café, porém sua principal riqueza provem-lhes da cultura das bananas, que introduzem anualmente no país acima de 70.000 cruzados. A independência deste abastado povo é devida aos laboriosos braços dos brancos, que excedem, ainda que pouco, aos dos negros."* (1943, t. 2, p. 25-7).

A comercialização da banana demonstra também a importância dos bens de subsistência e a alta monetização que esta economia pode alcançar. Estes produtos eram provavelmente direcionados ao abastecimento da zona urbana do Rio de Janeiro, como relatam Lenharo (1979) e Linhares (1979). Lenharo (1979, p. 44-6) mostrou a importância dos arredores da cidade do Rio de Janeiro no seu abastecimento, não no referente aos produtos de origem animal, mas nos cereais, frutas e hortaliças. No que diz respeito às áreas açucareiras e cafeeiras ele indicou uma certa associação entre as culturas de exportação e as de subsistência, embora não conteste a predominância das atividades exportadoras. Tal comportamento assemelhou-se ao processo observado em Lorena (S.P.), uma localidade no Vale do Paraíba próxima à divisa com o Rio de Janeiro, onde, em 1829, os cafeicultores eram 32,8% dos agricultores e produziam 45,5% do milho da localidade, o principal bem de subsistência (ver MARCONDES, 1992, Tabelas C.6 e C.13). Assim, a produção de café e de açúcar não se destacaram com relação às culturas de subsistência na área Outras, como ocorreu, respectivamente, nas áreas cafeeiras e açucareiras definidas acima.

3 - COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO DAS ÁREAS

A população da província conheceu uma tendência crescente em todo o período, tanto no município neutro como no resto da província. Os dados

utilizados em nossa pesquisa não se incompatibilizam com os dos outros censos (de 1872 e 1850), como evidenciado nas Tabelas 1, 2 e 3.⁷ As diferenças entre os valores encontrados em nossas fontes e os apresentados por Souza e Silva, para as mesmas fontes, de 1821 e 1840, devem-se, no caso do primeiro ano, provavelmente a algum problema de soma dos valores das freguesias para a obtenção da população total da província. Quanto ao segundo ano (1840), há uma diferença muito significativa da população da província, excluindo a cidade do Rio. Enquanto levantamos 436.363 habitantes, Souza e Silva calculou em 407.192 sua população, discrepância para a qual não temos explicação. Além disto, Souza e Silva atribuiu às sete freguesias desconsideradas nos dois cálculos 25.020 habitantes, os quais elevariam a população da província, incluindo a cidade do Rio de Janeiro, em 1840, a 598.461 habitantes, segundo nosso levantamento (436.363 pessoas da província mais 137.078 do município neutro [em 1838] e 25.020 indivíduos correspondentes à estimativa da população das freguesias não levantadas no censo de 1840).

TABELA 1
POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO
DIVERSAS FONTES, SEM A CIDADE DO RIO DE
JANEIRO (1780-1872)

ANO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	FONTE
1780	57.068	54.199	111.267	Censo ^a
1821	104.676	119.688	224.364	Censo ^b
1821	101.853	117.912	219.765	Censo ^a
1840	183.180	224.014	407.192	Censo ^{b,c}
1840	207.362	224.850	432.212	Censo ^d
1840	238.878	197.485	436.363	Censo ^a
1850	262.526	293.554	556.080	Censo ^c
1850			611.688	Censo ^d
1872	490.087	292.637	782.724	Censo

Notas:^a Nosso cálculo, sendo que em 1840 não estão computadas sete freguesias por falta de informações.

^b Informações de Souza e Silva e do DGE sobre as mesmas fontes utilizadas.

^c Em 1840 faltavam 7 freguesias e, em 1850, duas e meia.

^d As estimativas de Souza e Silva das freguesias ausentes foram incluídas no total da população.

Fontes: SOUZA E SILVA (1986, p. 86-105), DGE (1986, p. 192-202 e p. 232-235) e ALDEN (1987, p. 286-7).

7. Com respeito à cidade do Rio de Janeiro há um debate sobre a grande discrepância dos informes da população total dos censos de 1838 e 1849, sendo que para alguns autores o primeiro seria fruto de uma subestimação e para outros o último é que teria superestimado a população. Consideraremos válidas as informações do censo de 1838. Para maiores detalhes do debate ver KARASCH (1987, p. 60-4), LOBO (1978, v. 1, p. 223-6) e IBGE (1939/1940, p. 1294).

TABELA 2
POPULAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO
DIVERSAS FONTES (1749-1872)

ANO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	FONTE
1749			24.397	Southey ^a
1760			30.000	Lobo a
1780	35.982	35.729	71.711	Censo
1799	28.390	14.986	43.376	Censo ^{a b}
1803			46.944	Alden ^a
1808			50.144	Pizarro ^a
1821	57.605	55.090	112.695	Censo
1838	78.525	58.553	137.078	Censo ^b
1849	155.864	110.602	266.466	Censo
1870			235.381	Censo
1872	226.033	48.939	274.972	Censo

Notas: ^a Com certeza o Censo de 1799 não englobava a região 1.2; as informações de Pizarro, Lobo, Alden e Southey provavelmente também não a incluem.

^b Nosso cálculo, em 1838, é o mesmo do DGE e em 1780 foram somados os dois mil escravos da Fazenda Santa Cruz (Ver RIHGB, 1884, v. 47/I, p. 24-29).

Fontes: SOUZA E SILVA (1986, p. 86-105), DGE (1986, p. 192-202 e p. 232-235), ALDEN (1987, p. 286-7) e IBGE (1939/1940, p. 1294).

TABELA 3
POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO
DIVERSAS FONTES (1780-1872)

ANO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	FONTE
1780	86.879	83.801	176.860	Censo ^a
1780	104.863	101.148	213.470	Censo ^b
1780			215.678	Alden ^c
1789	86.261	82.448	168.709	Fragoso
1803			229.582	Alden
1821	162.281	174.778	337.069	Censo
1821	159.458	173.002	332.460	Censo ^a
1840	276.010	297.431	573.441	Censo ^a
1840			598.461	Censo ^d
1850	418.390	404.156	822.546	Censo ^e
1872	716.120	341.576	1.057.696	Censo

Notas:

^a Nosso cálculo; somamos em 1780 os 6.180 membros do corpo militar e, em 1840, o censo de 1838 e 1840.

^b Nosso cálculo, incluindo a estimativa dos menores de Alden. O corpo militar passa a constituir 7.459 pessoas.

^c A informação de Alden utiliza a mesma fonte nossa, todavia inclui os menores de 15 anos do sexo masculino e os menores de 14 do sexo feminino.

^d Soma da população do censo de 1840 e da estimativa das freguesias faltantes.
^e Soma da população do censo de 1849 e de 1850.

Fontes: SOUZA E SILVA (1986, p. 86-105), DGE (1986, p. 192-202 e p. 232-235), ALDEN (1987, p. 286-7) e FRAGOSO (1992, p. 76).

A respeito da informação da população de 1780 feita por Fragoso, a diferença decorre da desconsideração pelo autor dos erros de cálculo da população presentes no próprio documento, pois assumiu a soma do documento como correta, enquanto nós optamos pelas informações desagregadas das freguesias. Posteriormente, calculamos o número de habitantes do conjunto da capitania com base na população das paróquias.

A população total da província, por nós calculada, era de 176.860 habitantes em 1780. Acrescentando uma estimativa dos excluídos do censo (os homens menores de 15 anos e as mulheres menores de 14 anos) chegamos a 213.470 moradores, enquanto Alden indicou uma população de 215.678 indivíduos. Não sabemos o motivo da diferença dos valores das populações. Mesmo assim, optamos pela inclusão em nossas tabelas seguintes da estimativa do montante dos menores no levantamento da população das áreas de 1780. Então, entre 1780 e 1803 houve um crescimento, à taxa geométrica anual média, de apenas 0,32% ao ano (a.a.), quando a população da capitania atingiu 229.582 habitantes nesta última data. A partir de 1803 há uma contínua aceleração do crescimento populacional do Rio de Janeiro. Destarte, entre 1803 e 1821 a taxa multiplicou-se quase oito vezes, chegando a 2,08% a.a. e, no período subsequente (1821 a 1840), ela ainda foi maior, alcançando 3,14% a.a. (Cf. Tabela 4.)⁸ Assim, a população total, em 1840, atingiu a marca de 598.461 habitantes. Este acentuado crescimento demográfico entre 1803 e 1840 relacionou-se com a chegada da família real, a abertura dos portos, a introdução do café e a expansão do açúcar. Contudo, após o retorno de D. João VI, somente as últimas duas variáveis parecem condicionar o dinamismo populacional acima do crescimento vegetativo, supondo este último não superior a 1,5% ao ano,⁹ o que induz à existência de um saldo migratório líquido em favor do Rio de Janeiro no período.

-
8. Como foi aludido anteriormente, as informações de 1780 não incluem os menores de 14 ou 15 anos, dependendo do sexo, segundo Alden. Aceitaremos esta informação de Alden e o seu cálculo da participação destes menores no total da população para o cômputo das taxas geométricas médias de crescimento, nas Tabelas 4, 5, 6 e 8. Esta hipótese da participação dos menores no total desconsidera a diferenciação entre os menores cativos e livres, sendo que estes últimos seriam subestimados e os primeiros superestimados quando não se faz a diferenciação da porcentagem de ajuste de Alden, para o conjunto da população, ponderando a participação dos menores livres e dos menores cativos, como nas Tabelas 5 e 6.
 9. MARCÍLIO (1986, p. 24) indicou alguns valores para o crescimento total e natural da população do Brasil para o seu conjunto como um todo: "*Nos cálculos desses autores [Merrick e Graham], a população nacional [entre 1800 e 1850] teria uma taxa média anual de crescimento da ordem de 1,56%, (...) sendo que a imigração (...) teria contribuído com um quarto deste crescimento.*" Citando um trabalho de MOREIRA *et alli.* (1978), Marcílio mostrou que entre 1840 e 1870 a taxa média anual de crescimento natural foi de 1,42%. Mortara corroborou a informação de Marcílio ao assumir

O município neutro apresentou um comportamento demográfico particular, mesmo desconsiderando o levantamento mais discrepante, de 1849. Tal fato deveu-se à alteração de seu movimento populacional em sentido oposto ao da província como um todo. Na primeira fase (1780 a 1821) ocorreu um crescimento próximo ao da capitania, de 1,11% a.a., com sua população passando de 71.711 para 112.695 habitantes. Na segunda fase (1821 a 1840) houve um ligeiro aumento da taxa de crescimento anual para 1,16%, o qual proporcionou uma população de 137.078 habitantes em 1838, enquanto para a província a taxa aumentou significativamente neste último período.

TABELA 4
POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1780 a 1840)

ÁREAS	PERÍODO			TAXA GEOMÉTRICA ANUAL MÉDIA	
	1780 (1)	1821 (2)	1840 (3)	(1) a (2) (em %)	(2) a (3) (em %)
RIO (1,1,1,2)	71.711	112.695	137.078 ^a	1,11 g	1,16
AÇÚCAR (6,10,11,12)	61.441	98.003	191.718 ^b	1,15 g	3,59 ^g
CAFÉ (3,5,8)	8.479	30.345	135.921 ^c	3,16 g	8,22 ^g
OUTRAS (2,4,7,9)	64.380	91.417	108.724 ^d	0,86 g	0,92 ^g
TOTAL	213.470 ^f	332.460	598.461 ^e	1,09	3,14

Notas: ^a As informações se referem ao ano de 1838.

^b Faltam as freguesias de Tambi, N. S. das Neves e Gupaman, em 1840.

^c Faltam as freguesias de S. João Marcos e Itaguaí. A região do Cantagalo só aparece como freguesia em 1840; anteriormente possuía uma população muito pequena e estava dispersa nas regiões fronteiriças.

^d Faltam as freguesias de Rio Bonito e Santíssima Trindade, em 1840.

^e Inclui a estimativa das freguesias não consideradas nas áreas para 1840 (25.020 pessoas).

^f Aos 206.011 habitantes foi somada a estimativa de 7.459 pessoas do corpo militar, as quais não puderam ser alocadas pelas regiões.

^g Para o cálculo da taxa geométrica anual média entre 1780 e 1821 utilizamos como ano base o de 1780. Os valores para o último ano em análise consistem da taxa anual média de crescimento da população das freguesias existentes em 1840, entre 1821 e 1840. A região do Cantagalo foi desconsiderada no cálculo, pois só aparece no documento em 1840.

uma taxa de 1,5% para o crescimento vegetativo da população total entre 1840 e 1870 (Cf. MORTARA, 1947, p. 10). Assim, podemos aceitar qualquer crescimento total acima de 1,5% a.a. como resultante também de imigração interna ou externa, em qualquer fase de nosso estudo. Tal suposição ignora as variações na taxa de crescimento vegetativo, a qual deveria ser menor no início do período em estudo.

Para a sub-região 1.1, que concentra o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, os movimentos demográficos apresentaram-se mais discrepantes. A sua população era de 47.614 habitantes em 1780, e passou a 43.376 pessoas em 1799, havendo um decréscimo médio de -0,71% a.a.. Pizarro indicou uma população de 50.144 pessoas para 1808, o que provocou a inversão das taxas de crescimento da sub-região, passando a população a crescer a 1,62% a.a. entre 1799 e 1808. A partir de 1808, houve uma aceleração de sua taxa de crescimento, chegando a 3,59% a.a. (de 1808 a 1821) e a uma população de 79.321 habitantes nesta última data. Entretanto, na fase subsequente (de 1821 a 1838) o dinamismo arrefeceu, terminando o período com 85.677 indivíduos, e um aumento a uma taxa de apenas 0,41% a.a., refletindo a saída da família real e, provavelmente, a migração para regiões mais atrativas, como a cafeeira. Cabe ressaltar o maior dinamismo da zona rural do município neutro em relação à zona urbana, tomando como referência os anos de 1780, 1821 e 1840. Contudo, entre 1808 e 1821 provavelmente a população da zona urbana cresceu a uma taxa acima da rural.

A área denominada Outras na Tabela 4 (regiões 2, 4, 7 e 9) não conseguiu acompanhar o crescimento demográfico da população total da província, principalmente no segundo período. Na primeira fase cresceu a uma taxa de 0,86% a.a., a qual elevou a sua população de 64.380 para 91.417 habitantes. Na segunda fase houve um aumento da taxa de crescimento, mas sua taxa era muito inferior à da província, de 0,92% a.a., quando a população atingiu 108.724 pessoas em 1840.

A área açucareira (regiões 6, 10, 11 e 12) revelou um comportamento demográfico muito próximo ao da província nas duas fases. Para o conjunto de sua população as taxas de crescimento foram de 1,15% e 3,59% a.a., na primeira e na segunda fase, respectivamente.

A área cafeeira (regiões 3, 5 e 8) constituiu a mais dinâmica de todas, com o maior crescimento populacional e mesmo econômico, como vimos acima. Suas extraordinárias taxas de crescimento provocaram uma completa alteração da distribuição da população pela província. A população total da área cresceu a uma taxa de 3,16% e 8,22% a.a. nas respectivas fases. Sua população passou dos parques 8.479 habitantes, em 1780, para 30.345 em 1821; em 1840 chegou a 135.921 pessoas, ou seja, o conjunto da população da área multiplicou-se dezesseis vezes em apenas doze lustros.

Quando analisamos as populações de cativos e livres da província como um todo percebemos um crescimento do primeiro contingente a uma taxa superior à do segundo, com valores de 1,32% a.a. contra 1,03% a.a., respectivamente.

Na segunda fase ocorreu uma acentuada aceleração das taxas, as quais se alçaram a 3,35%, a dos cativos, e a 3,49%, a dos livres (Cf. Tabela 5 e 6).¹⁰

TABELA 5
POPULAÇÃO CATIVA DO RIO DE JANEIRO (1780 a 1840)

ÁREAS	PERÍODO			TAXA GEOMÉTRICA ANUAL MÉDIA	
	1780 (1)	1821 (2)	1840 (3)	(1) a (2) (em %)	(2) a (3) (em %)
RIO	35.729	55.090	58.553 ^a	1,06 ^g	0,35
AÇÚCAR	31.363	52.966	101.983 ^b	1,29 ^g	3,51 ^g
CAFÉ	2.856	15.145	81.208 ^c	4,15 ^g	9,24 ^g
OUTRAS	31.200	49.801	55.687 ^d	1,15 ^g	0,59 ^g
TOTAL	101.148 ^f	173.002	297.431 ^e	1,32 ^g	3,35 ^g

Nota: Valem as mesmas observações da Tabela 4.

TABELA 6
POPULAÇÃO LIVRE DO RIO DE JANEIRO (1780 a 1840)

ÁREAS	PERÍODO			TAXA GEOMÉTRICA ANUAL MÉDIA	
	1780 (1)	1821 (2)	1840 (3)	(1) a (2) (em %)	(2) a (3) (em %)
RIO	35.982	57.605	78.525 ^a	1,15 ^g	1,83
AÇÚCAR	30.078	45.037	89.735 ^b	0,99 ^g	3,70 ^g
CAFÉ	5.623	15.200	54.713 ^c	2,46 ^g	6,97 ^g
OUTRAS	33.180	41.616	53.037 ^d	0,55 ^g	1,29 ^g
TOTAL	104.863 ^f	159.458	276.010 ^e	1,03 ^g	3,49 ^g

Nota: Valem as mesmas observações da Tabela 4.

10. Cabe salientar a extrema proximidade do comportamento do número de habitantes livres e de fogos das freguesias, visto que o índice de correlação entre os mesmos foi de 0,98, em 1821. Destarte, pode-se utilizar a variação porcentual do número de fogos como uma aproximação das alterações das taxas de crescimento da população livre, quando esta última não estiver disponível.

A superioridade numérica da população livre, em 1780 (104.863 habitantes contra 101.148 escravos), não se manteve em 1821, quando o conjunto dos escravos ultrapassou numericamente a outra população, atingindo o contingente de 173.002 habitantes para os cativos e 159.458 indivíduos para os livres. Em 1840, a população cativa sustentou a sua primazia: 297.431 escravos contra 276.010 livres.

As populações dos dois segmentos sociais, escravo e livre, apresentaram um comportamento diferenciado segundo as áreas consideradas neste trabalho. No caso da cidade do Rio, a população livre sempre cresceu a uma taxa superior à da cativa, apresentando na primeira fase taxas ainda muito próximas - 1,15% a.a. para livres, e 1,06% a.a. para escravos. Todavia, no segundo período, a divergência acentuou-se, com a população livre aumentando a uma taxa de 1,83% a.a. e a cativa a apenas 0,35% a.a.. Assim, enquanto entre 1780 e 1821 o contingente escravo elevou-se de 35.729 habitantes para 55.090 indivíduos, não conseguiu manter o mesmo dinamismo na segunda fase, quando aumentou apenas 3.463 pessoas em mais de três lustros.

Com respeito à área Outras, ocorreu uma inversão da posição dos livres e cativos. Os últimos cresceram a uma taxa maior (1,15% contra 0,55% a.a. dos livres) no primeiro interregno, enquanto no segundo período os livres apresentaram uma taxa superior à dos escravos (1,29% e 0,59% a.a.). Assim, o conjunto dos cativos da área elevou-se de 31.200 habitantes, em 1780, para 49.801 escravos, em 1821; no entanto, o aumento entre 1821 e 1840 foi de apenas 5.886 pessoas. Isto provavelmente resultou, como no caso da cidade do Rio, da constituição de um forte pólo atrativo de mão-de-obra escrava na área cafeeira.

Na área açucareira, o conjunto dos escravos e livres cresceu a uma taxa próxima à da província: 0,99% e 3,70% a.a., para os livres, na primeira e segunda fases, e 1,29% e 3,51% a.a., para os cativos, nos respectivos intervalos. Destarte, não parece ter ocorrido nesta área, no segundo período, a mesma falta de dinamismo populacional da área Outras e da cidade do Rio, visto acima.

Na área cafeeira, o contingente escravo cresceu a uma taxa superior à do livre. A taxa dos escravos foi de 4,15% a.a. na primeira fase e de 9,24% na segunda; ou seja, em apenas doze lustros a população cativa saltou de 2.856 indivíduos para 81.208 escravos, o que expressa uma alteração radical do panorama econômico da região.

Embora a população livre da área cafeeira não tenha crescido à mesma taxa da cativa, ela apresentou taxas elevadas (de 2,46% e 6,97% a.a. para as duas fases), as quais apontaram uma forte migração para a área. Tal fato parece não

corresponder à tradicional conceituação da expansão cafeeira feita acerca do binômio de maiores contingentes de escravos e fatxas de terras.¹¹

A razão escravos/livres (número de escravos para cada grupo de 100 pessoas livres) para o Rio de Janeiro não diferiu muito de 100 durante as duas fases, apesar de um ligeiro aumento da mesma entre 1780 e os outros dois anos (Cf. Tabela 7).

TABELA 7
RAZÃO ESCRAVOS/LIVRES (1780 a 1840)

ÁREAS	PERÍODO		
	1780	1821	1840
RIO	99	96	75
AÇÚCAR	104	118	114 ^a
CAFÉ	51	100	148 ^a
OUTRAS	94	120	105 ^a
TOTAL	97	109	108 ^a

Nota: ^a Os valores só levam em conta as freguesias em que há informação, e não compreende a região ou a província como um todo. As freguesias faltantes estão listadas na Tabela 4.

A razão escravos/livres da área cafeeira sofreu um acentuado crescimento, ao triplicar de 51 para 148. Isto é resultante do diferencial das taxas de crescimento da população cativa e livre. Embora existisse uma discrepância da razão do equilíbrio (100), ambas as populações aumentaram no período da introdução da rubiácea. Assim, a difusão cafeeira não se baseou apenas no binômio escravos-terras, mas também abriu oportunidades para participação dos livres. Fragoso (1992, p. 103) apontou "(...) para uma situação onde o trabalho escravo aparece associado ao trabalho familiar [livre]." O comportamento

11. Tal conceituação desconsidera o papel dos livres na difusão cafeeira. Todavia, os resultados acima indicam uma participação mais relevante dos mesmos neste processo, mesmo que não seja diretamente na produção de café. Uma interpretação na linha tradicional pode ser observada no trabalho de SILVA (1984). Neste trabalho, ele assenta a expansão cafeeira sobre dois pilares escravos e terras -, como podemos perceber neste trecho: "O crescimento se dá em extensão, através da incorporação de mais terras e mais escravos." (SILVA, 1984, p. 139). Uma crítica melhor fundamentada e estruturada a esta visão tradicional pode ser vista em COSTA (1992), principalmente quanto ao papel dos não-proprietários de cativos. FRAGOSO (1992, p. 101), por exemplo: "(...) insinua a existência, para além da plantation de outras formas de organização do trabalho escravo e, mesmo, tipos específicos de organização do trabalho livre (...)" EISENBERG (1977-78) ressalta o papel dos trabalhadores livres, os quais formariam os "esquecidos" pela literatura historiográfica.

da população livre, crescendo conjuntamente com o contingente cativo, parece indicar alguma associação entre as mesmas, como, por exemplo, a existência de cafeicultores e produtores de bens de subsistência com poucos ou nenhum cativo.

A razão escravos/livres para a área açucareira cresceu entre 1780 e 1821, de 104 para 118, mas se manteve praticamente no mesmo patamar em 1840 (114). A área Outras apresentou um aumento da razão na primeira fase, de 94 para 120, enquanto no segundo período diminuiu para 105. A certa proximidade das razões para as áreas açucareiras e outras corroborou a visão do Padre Aires Casal sobre o alto grau de comercialização dos produtos de subsistência da área Outras, gerando os recursos monetários necessários para a compra de cativos. A área do Rio apresentou uma contínua queda no valor da razão de 99 (em 1780) para 96 (em 1821) e posteriormente 75, em 1840. A queda se concentrou na última fase, talvez pressionada pela demanda da área cafeeira.

Percebemos a superioridade numérica masculina no total da população nos dois anos para os quais a informação encontra-se disponível. Em 1780, os homens eram 114.680 e as mulheres 96.376 habitantes e, em 1840, a diferença aumenta, sendo 250.047 homens e 186.316 mulheres (Cf. Tabela 8). Se incluirmos a situação social, os escravos aumentaram sua participação no total dos homens, entre os dois anos, de 50,3% para 59,9%, superando os livres em quase 50 mil pessoas, em 1840; ou seja, a população livre cresceu 76% e os escravos 160% entre os dois anos. Quanto às mulheres, as livres perderam parcela no total, mas mantiveram o domínio numérico, de 57,4% para 52,13%. A população feminina mais que dobrou entre as duas datas, com a cativa crescendo 117% e a livre 76%, sendo este último valor idêntico à masculina.

A razão de masculinidade da população da capitania em 1780 era de 119, sendo de 103 para os livres e para os cativos de 141. Em 1840, as razões foram de 176 para os cativos, 105 para os livres e 134 para o conjunto da população. O aumento da razão de masculinidade da população como um todo deveu-se somente ao conjunto cativo, já que os livres mantiveram uma razão próxima entre as duas datas.

O nosso desconhecimento da distribuição dos militares pelas áreas provocou a subestimação do número de homens livres e uma redução da razão de masculinidade das áreas em 1780. Assim, pode-se duvidar do ligeiro crescimento da razão de masculinidade da área açucareira entre os dois anos, de 112 para 120. A razão de masculinidade da população livre aumenta de 94 para 100 e a cativa de 135 para 143. Cabe notar a persistência do dinamismo

populacional da área açucareira, principalmente dos escravos, para os quais não há redução nem ao menos de sua razão de masculinidade, ante a extraordinária expansão cafeeira entre 1807 e 1840 (Cf. Gráfico 2)

TABELA 8
RAZÕES DE MASCULINIDADE E POPULAÇÃO POR SEXO E
CONDIÇÃO SOCIAL (1780 e 1840)

ÁREAS	1780			1840		
	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos
HOMENS						
RIO	35.653	15.791	19.862	74.430	39.847	34.583
AÇÚCAR	32.436	14.368	18.068	103.131	43.898	59.233
CÁFÉ	5.130	3.294	1.836	87.589	29.923	57.666
OUTRAS	34.002	16.091	17.911	59.327	26.539	32.788
TOTAL	114.680 ^a	57.003 ^a	57.677 ^b	250.047	100.360	149.687
MULHERES						
RIO	33.644	20.191	13.453	62.648	38.678	23.970
AÇÚCAR	29.005	15.710	13.295	88.587	45.837	42.750
CÁFÉ	3.349	2.329	1.020	48.332	24.790	23.542
OUTRAS	30.378	17.089	13.289	49.397	26.498	22.899
TOTAL	96.379	55.319	41.057 ^b	186.316	97.125	89.191
RAZÕES DE MASCULINIDADE						
RIO	106	78	148	119	103	168
AÇÚCAR	112	94	135	120	100	143
CÁFÉ	153	141	180	181	121	245
OUTRAS	112	92	136	116	96	139
TOTAL	119 ^a	103 ^a	141 ^b	134	103	168

Notas: ^a Foram incluídos os 7.459 membros do corpo militar apenas no total dos homens livres. As razões de masculinidade para toda a província, mas sem os militares, era de 111 e para os livres 90, em 1780.

Vale também a mesma nota da Tabela 7.

^b Os 2 mil escravos da fazenda Santa Cruz não foram incluídos porque não apresentaram diferenciação quanto ao sexo.

Na área cafeeira, a razão de masculinidade, que já era alta em 1780, subiu de 153 para 181 em 1840, excluindo os militares. Os cativos aumentaram ainda mais: de 180 para 245, apontando para a existência do tráfico de escravos africanos para a área, principalmente do sexo masculino, e um dinamismo econômico muito superior à área açucareira, como visto acima.¹² A razão de masculinidade dos livres sofreu um decréscimo de 141 para 121, indicando

uma significativa migração feminina e se aproximando do valor da razão da área açucareira. A variação populacional das mulheres livres entre os dois anos ocorreu a uma taxa superior à dos homens livres, ou seja, a população feminina multiplicou-se por 10,64, enquanto a masculina por 9,08 nos doze lustros. Em termos absolutos, a variação do contingente masculino foi ligeiramente maior que a do feminino, com as duas variações muito próximas (27.194 para os homens e 22.860 para as mulheres). Estas informações sugerem, destarte, ter havido uma migração de famílias para a área cafeeira. Este último resultado continua suscitando dúvidas sobre o modo como ocorreu a difusão cafeeira, principalmente com relação às variáveis demográficas, as quais não se explicam pela simplicidade do binômio terra-escravo.

Whately, com respeito a Resende, induz a uma provável solução:

- *“Uma das peculiaridades de Resende foi exatamente a produção de café com base num grande número de pequenos e médios proprietários e poucos grandes cafeicultores.”* (WHATELY, 1987, p. 69).

Para a autora a cafeicultura em Resende era específica, mas como os trabalhos de Marcílio (1974), Costa (1992), Motta (1990), Marcondes (1992) e Motta & Nozoe (1994) indicam, os não-proprietários e os proprietários de pequenos plantéis foram pioneiros na introdução e participaram da difusão do café no Vale do Paraíba, os quais poderiam explicar o crescimento da população livre e de sua baixa discrepância da razão de masculinidade. A introdução do café no vale do Paraíba paulista ocorreu por meio dos não-proprietários de cativos, que atuaram, contudo, prioritariamente, na economia de subsistência, pois esta possibilitava a sobrevivência de sua família e eventualmente de agregados. Os grandes proprietários somente passaram a produzir numa fase posterior. Por exemplo, no caso de Lorena (SP), em 1818, não havia cafeicultores com quinze ou mais escravos. Num segundo momento os grandes e médios escravistas dominaram a atividade cafeeira; já em 1829 os detentores de vinte ou mais cativos possuíam quase um terço da produção, mas os não proprietários de cativos e escravistas, com apenas um escravo, mantinham quase 20% do conjunto da produção em Lorena (Cf. MARCONDES, 1992).

Notamos também que o dinamismo populacional da área açucareira, ao contrário das demais, não sofreu uma redução com o avanço do cafeeiro na

12. A região do Cantagalo, na área cafeeira, só aparece em 1840. Sua população anteriormente deveria estar distribuída pelas regiões fronteiriças. Com 4 freguesias, o Cantagalo possuía 23.525 habitantes, distribuídos em 13.063 escravos e 10.462 livres. Cabe ressaltar a desproporção entre homens e mulheres nesta região, com uma razão de masculinidade de 152 para os livres e de 275 para os cativos. Os mesmos índices para a província eram de 103 e 168, respectivamente. Assim, o Cantagalo parece constituir uma zona de fronteira agrícola, de recente ocupação, em 1840, e a própria área cafeeira como um todo, em 1780, aproximou-se de uma zona de fronteira, pela sua alta razão de masculinidade (153, Cf. Tabela 8).

província. A participação relativa da população das regiões canavieiras no total da população da província manteve-se constante entre 1780 e 1821 (ao redor de 30%), experimentando um ténue crescimento em 1840, quando atingiu 33%. Sua participação no total de livres também cresceu do patamar de 29% e 28% em 1780 e 1821, respectivamente, para 32% em 1840, enquanto sobre o total de cativos era de 31% em 1780 e 1821, e passou para 34% em 1840 (Cf. Tabela 9).

TABELA 9
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO DAS ÁREAS
NO TOTAL DA PROVÍNCIA, POR CONDIÇÃO SOCIAL ^a
(1780 a 1840) (em porcentagem)

ÁREAS	1780			1821			1840 ^a		
	%TOT	%LIV	%CAT	%TOT	%LIV	%CAT	%TOT	%LIV	%CAT
CIDADE DO RIO (1,1,1,2)	35	34	35	34	36	31	24	29	20
CANAVIEIRAS (6,10,11,12)	30	29	31	30	28	31	33	32	34
CAFEIIRAS (3,5,8)	4	5	3	9	10	9	24	20	27
OUTRAS (2,4,7,9)	31	32	31	27	26	29	19	19	19
TOTAL	100 ^b	100	100	100	100	100	100 ^c	100	100

Notas: ^a Faltam as mesmas freguesias da Tabela 4.

^b Não incluem a estimativa das 7.459 pessoas do corpo militar, as quais não puderam ser alocadas pelas áreas.

^c Os 25.020 habitantes estimados para as freguesias desconsideradas do Censo de 1840 também não puderam ser distribuídas pelas áreas.

A área que mais perdeu participação no total da província foi a Outras, a qual diminuiu sua participação durante todo o período, embora seu número de habitantes cresça em termos absolutos. Entre 1821 e 1840 houve, para os cativos, uma grande redução de sua participação, correspondente a dez pontos percentuais. O município neutro também perdeu participação relativa; até 1821, reduziu sua parcela de 35% para 31%, apenas com relação aos cativos, e de 1821 a 1840 sofreu uma drástica diminuição de dez pontos percentuais da população como um todo, passando a representar 24% da população total. Estas duas áreas, em conjunto, possuíam 66% do total dos habitantes em 1780 e 61% em 1821. Todavia, quando o café consolidou-se como um dos principais produtos de exportação da província e a área de Campos apresentou uma grande expansão da produção de açúcar, em 1840, a parcela destas duas áreas

reduziu-se a 43% da população, o que pode indicar a existência de um fluxo migratório para a área cafeeira, mesmo considerando que o crescimento da população desta última foi condicionado por migrações de outras províncias e até do exterior.

No mesmo período as regiões cafeeiras aumentaram sua participação, passando dos insignificantes 4% em 1780, para 9% em 1821, e totalizando 24% em 1840. Enquanto a população livre dobrou em 1821 e novamente em 1840, a população escrava triplicou em cada marco, passando dos parcos 3% para 9%, e atingindo 27% do total em 1840, só sendo superada pela área açucareira. O fluxo migratório para estas regiões não se concentrou apenas nos escravos, sejam estes nacionais ou africanos, mas também a população livre participou deste processo, sem distinção de sexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto do Rio de Janeiro apresentou um significativo crescimento demográfico e econômico durante a época em estudo (1780-1840). Mormente entre 1821 e 1840, tal tendência se acentuou atingindo uma taxa de crescimento populacional de 3,14% a.a., possivelmente favorecida por um forte afluxo migratório para a província, especialmente de cativos, quando houve a consolidação da produção açucareira em Campos e o deslanche do cultivo do café no Vale do Paraíba. Assim, o dinamismo demográfico concentrou-se principalmente nas áreas canavieira e cafeeira, as quais representavam, conjuntamente, um terço da população de 1780 e passaram a deter 57% do total dos habitantes de 1840. A cidade do Rio de Janeiro reduziu sua participação no conjunto da população, de 35% em 1780 para 24% em 1840, sendo a retração para o contingente cativo ainda maior (de 35% para 20% no mesmo período). A área Outras, abrangendo o restante do território, teve sua parcela diminuída de 31% para 19% dos habitantes fluminenses, no mesmo período, correlatamente à decadência do cultivo da cana-de-açúcar. O extraordinário dinamismo da cafeicultura não nos pareceu impossibilitar o desenvolvimento da produção de açúcar, talvez por uma certa diferença espacial dos dois cultivos e pela existência de uma rentabilidade monetária atraente nos dois casos.

A evolução da ocupação do território fluminense e, em especial, da área cafeeira, apresentou altas taxas de crescimento dos principais contingentes populacionais, tanto dos cativos e dos livres como dos homens e das mulheres, mostrando a participação e a importância de cada um dos contingentes neste comportamento. Todavia, o conjunto cativo apresentou taxas superiores às dos livres e a razão de sexo cresceu na área cafeeira. Destarte, foi possível o

acompanhamento detalhado da evolução do comportamento demográfico e econômico das diversas áreas fluminenses quando da introdução da rubiácea no Vale do Paraíba e da difusão do açúcar em Campos ao longo do final do século XVIII e início do XIX. Embora o desenvolvimento tenha ocorrido para o Rio de Janeiro como um todo, verificou-se a concentração do dinamismo nas áreas cafeeira e açucareira em relação às demais, sendo a primeira a mais dinâmica. Assim, ocorreu um quadro da gigantesca transformação populacional provocado pela expansão da cafeicultura e da produção de açúcar, na qual os contingentes humanos fluminenses se alteraram profundamente, de forma a permitir a consolidação da economia cafeeira e açucareira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, João Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 135).
- ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. *Hispanic American Historical Review*, v. XLIII, p. 173-205, 1963.
- . Late Colonial Brazil, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 284-343.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Estudo bio-bibliográfico por Afonso de E. Taunay, 3ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 70).
- ARRUDA, José J. de. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- CARDOSO, Maria Francisca C. Cardoso. Organização e reorganização do espaço no Vale do Paraíba do Sul — uma análise geográfica até 1940. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Geografia*, v. 53, n. 1, p. 81-135, jan/mar 1991.
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brazilica, ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Cultura, 1943, 2 tomos.
- COSTA, Iraci del Nero. *Arraia-miúda. Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. Belo Horizonte: MGSP Editores, 1992.
- DANTAS, Geremario. O café do Rio de Janeiro. In: Departamento Nacional do Café (DNC). *O café no segundo centenário da sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1934, p. 105-113.
- DGE. *Resumos históricos dos inquéritos censitários do Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1986. (Edição Fac-similada).

- EISENBERG, Peter. O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX. Sugestões para uma pesquisa. São Paulo: *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXVIII, p. 153-173, 1977-78.
- FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, v. 23.
- . *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano V, 1939/1940.
- KARASCH, Mary C. *Slave life in Rio de Janeiro*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (O abastecimento da corte na formação política do Brasil — 1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2 volumes.
- MAGALHÃES, Basílio de. *O café na história, no folclore e nas belas artes*. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade, 1937.
- MARCONDES, Renato Leite. *Desenvolvimento da produção e o comportamento dos preços na constituição da economia cafeeira lorenense (1797-1829)*. São Paulo: FEA-USP, 1992, mimeo.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. São Paulo: FFLCH, 1974. (Tese de Livre Docência).
- . A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci del Nero da (org.). *Brasil história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP 1986.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. São Paulo: *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 181-209, jan/abr. 1983.
- MELLO, Joaquim de. A evolução da cultura cafeeira no Estado do Rio de Janeiro. In: DNC. *O café no segundo centenário da sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1934, p. 413-423.
- MORTARA, Giorgio. *Estudos brasileiros de demografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1947. (Monografia nº 3).

- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres. Estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo: FEA-USP, 1990, mimeo. (Tese de Doutorado).
- MOTTA, José Flávio & NOZOE, Nelson H. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*. v. 24, n. 2, p. 253-320, maio/ago. 1994.
- NUNES, J. P. Favilla. *Estatística do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.
- PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no 174 século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1974.
- PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. *Memória histórica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional e Instituto Nacional do Livro, 1945. (Biblioteca Popular Brasileira, V).
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro, a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.
- . *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SIMONSEN, Roberto C. *Aspectos da história econômica do café*, s. ed., 1938.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de minas gerais no século XIX. São Paulo: *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, p. 449-495, set/dez 1988.
- SOARES, Sebastião. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- SPIX, Johan B, & MARTIUS, Karl-Friedrich P Von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1981, 3 volumes.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- TAUNAY, Afonso E. *História do café*. Rio de Janeiro: DNC, 1939-1941, 15 volumes.
- VIANA, Oliveira. Distribuição geográfica do cafeeiro no Estado do Rio de Janeiro. In: DNC. *O café no segundo centenário da sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC. 1934, p. 79-83.

WHATELY, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2ª ed., 1990. (Coleção Estudos Históricos v. 19).

Agradeço os comentários dos Professores José Flávio Motta, Nelson Hideiki Nozoe e Iraci del Nero da Costa. Texto revisto e corrigido do originalmente apresentado no III Encontro da ABET, em setembro de 1993, na UFRJ
(Recebido em agosto de 1994. Aceito para publicação em novembro de 1995).